

ACORDO SOBRE TRABALHO EXTRAORDINÁRIO (MODELO)

(Por iniciativa do trabalhador não residente, obtido o consentimento prévio do empregador)

O empregador _____¹
(endereço: _____² e n.º de telefone: _____³)
concorda com a sugestão de prestação de trabalho extraordinário voluntário de ____ (dia)
de _____ (mês) de _____ (ano) a ____ (dia) de _____ (mês) de
_____ (ano)⁴, apresentada por iniciativa do trabalhador não residente _____⁵
(tipo de documento de identificação: _____⁶, n.º: _____,
data de emissão: ____ (dia) de _____ (mês) de _____ (ano), entidade
emissora: _____).

O empregador tem conhecimento que, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 21/2009 - Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes, conjugado com o n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 7/2008 – Lei das Relações de Trabalho, após a prestação de trabalho extraordinário voluntário, o trabalhador não residente acima referido tem o direito a auferir a remuneração correspondente ao trabalho extraordinário prevista por lei (ou seja, a remuneração normal do trabalho extraordinário prestado com um acréscimo de 20%).

O presente acordo é lavrado em duplicado e assinado pelos dois outorgantes, ficando cada um com um exemplar.

Empregador ou seu representante:

Trabalhador não residente:

Nome: _____

Categoria: _____

(Assinatura e carimbo)

_____ de _____ de _____

(dia / mês / ano)

(Assinatura)

_____ de _____ de _____

(dia / mês / ano)

¹ Nome ou designação do empregador.

² Endereço do empregador, do estabelecimento ou o constante na Declaração de Início de Actividade.

³ Número de telefone do empregador.

⁴ Período de prestação de trabalho extraordinário voluntário pelo trabalhador não residente; embora a aplicação subsidiária da Lei n.º 7/2008 – Lei das Relações de Trabalho, prevista no artigo 20.º da Lei n.º 21/2009 - Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes, não estipule o limite máximo para aquele período, a DSAL propõe que aquele período incida sobre o tempo que medeia entre a data de pagamento da remuneração mais próxima e a da seguinte (ou seja, correspondente ao período de referência para o cálculo da remuneração), a fim de dar garantias a ambas as partes e diminuir os procedimentos administrativos do empregador.

⁵ Nome do trabalhador não residente.

⁶ Passaporte do trabalhador não residente, documento de viagem do trabalhador não residente ou Título de Identificação de Trabalhador não residente (TI/TNR).